

**ANÁLISE DAS QUESTÕES SUSCITADAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SOBRE A RATIFICAÇÃO E DENÚNCIA DA CONVENÇÃO N. 158 DA
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**

*Analysis of the issues raised in the Brazilian Federal Supreme Court regarding the
ratification and denunciation of International Labour Organization Convention No.
158.*

Pedro Henrique de Souza¹

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise do julgamento no Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 1.625 e da Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) n. 39 à luz das normas domésticas e internacionais sobre o tema. Primeiramente, buscou-se examinar o procedimento de internalização de tratados internacionais no Brasil, o qual mostrou-se bastante controverso, o que prejudicou a análise judicial do tema. No segundo capítulo, um breve estudo da Convenção n. 158 e da Recomendação n. 166 da Organização Internacional do Trabalho, as quais têm a finalidade de criar uma nova principiologia no direito do trabalho, sem, entretanto, mudar imediatamente quaisquer regras. No terceiro capítulo, descreveu-se a discussão na Suprema Corte, que concluiu pela impossibilidade da denúncia de tratados sem a anuência do Congresso Nacional, como aconteceu com a Convenção n. 158, porém impôs eficácia *ex nunc* à decisão, convalidando a referida denúncia. Por fim, concluiu-se que a decisão da Corte, embora correta, foi insatisfatória por não retornar a vigência da Convenção, e por referendar atos normativos inconstitucionais em nome da segurança jurídica.

Palavras-chave: Convenção n. 158; ADC n. 39; ADI n. 1.625; denúncia de tratados internacionais; direito internacional do trabalho.

¹ Graduado em Direito pela Unisociesc - Campus Anita Garibaldi, pós-graduando em Direito e Processo do Trabalho pela AMATRA-12. E-mail: pedro.henrique.souza12@gmail.com.

Abstract

This paper presents an analysis of the judgment in the Brazilian Federal Supreme Court of the Direct Action of Unconstitutionality No. 1,625 and the Direct Action of Constitutionality No. 39 in light of the domestic and international norms on the subject. Firstly, it sought to examine the procedure of internalization of international treaties in Brazil, which proved to be very confusing and surrounded by doctrinal discussions, which hindered the judicial analysis of the topic. In the second chapter, a brief study of Convention No. 158 and Recommendation No. 166 of the International Labour Organization, which aim to create a new set of principles in labor law, without, however, immediately changing any rules. In the third chapter, the discussion in the Supreme Court was described, which concluded by the impossibility of denouncing a treaty without the consent of the National Congress, as it happened with Convention No. 158, but imposed *ex nunc* effects to the decision, validating the referred denunciation. Finally, it was concluded that the Court's decision, although correct, was unsatisfactory for not restoring the validity of the Convention, and for endorsing unconstitutional normative acts in the name of legal certainty.

Keywords: Convention n. 158; ADC n. 39; ADI n. 1.625; denouncing of international treaties; international labor law.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, diversos veículos midiáticos, tanto jurídicos quanto gerais, voltaram seus olhares a uma questão antiga: a Convenção n. 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Como explorado no desenvolvimento do presente trabalho, tal norma internacional buscou mudar a sistemática da extinção do contrato de trabalho, priorizando o princípio da justificação.

Dessa forma, a adoção da Convenção e das Recomendações adjacentes significaria a necessidade de motivar as dispensas dos empregados em diversos casos lá especificados. Não implica na exigência de todas as extinções serem decorrentes das causas autorizadas pelo ordenamento jurídico atual, mas apenas no direito de o empregado saber os fundamentos de sua dispensa, e de os questionar, inclusive no Poder Judiciário.

A questão principal que circunda o presente objeto de pesquisa, entretanto, não é esta. Isso porque problemática acabou por mudar seu foco quando o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso decidiu, em 1996, por retirar o Brasil do âmbito de aplicabilidade da Convenção, menos de um ano após o início de sua vigência².

Apesar de os Estados soberanos não poderem ser coagidos a permanecer em acordos internacionais, a legalidade de tal denúncia foi questionada por se dar sem a anuência do Congresso Nacional.

De um lado, afirmou-se uma tradição brasileira em denunciar tratados apenas com a anuência do Poder Executivo, além de uma aceitação tácita do Legislativo. De outro, o descumprimento do princípio democrático ao permitir a derrogação de uma norma de direitos humanos apenas pela vontade do Presidente da República. Esses e outros argumentos serão analisados em momento oportuno.

A partir dessa divergência, foram ajuizadas duas ações no Supremo Tribunal Federal (STF) para resolver a questão. Em 1997, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 1.625; em 2015, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT) ajuizaram a Ação Direta de Constitucionalidade n. 39. A discussão foi baseada na constitucionalidade do Decreto que denunciou a Convenção.

Em 2023, a controvérsia voltou à pauta do STF, e foi enfim resolvida. Porém, não sem antes passar por um teatro midiático, envolto em interesses e em concepções incorretas acerca da questão tratada nas ações.

Em parte da mídia, especialmente naquela não especializada, operou-se uma espécie de guerra às bruxas em relação ao julgamento que “acabaria com a dispensa sem justa causa”. Entre notas de sindicatos patronais e matérias financiadas por grandes empresas, buscou-se o medo da população pelo suposto colapso da economia.

Evidentemente, tais afirmações eram falsas, e poderiam ser desmentidas por uma leitura atenta tanto das ações quanto da própria Convenção n. 158. Todavia, isso

² A saída de um membro de um instrumento internacional é chamado de “denúncia”, termo que será utilizado adiante no presente trabalho.

não exclui a importância da discussão, até para esclarecer pontos que são frutos de desinformação.

Assim, o objetivo da presente pesquisa é analisar as questões levantadas no STF por meio da ADI n. 1.625 e da ADC n. 39 à luz das normas internacionais e nacionais sobre a internalização de tratados, e das disposições da Convenção n. 158 e da Recomendação n. 166, a fim de sistematizar as informações presentes na doutrina, na jurisprudência e na legislação sobre o tema.

Inicialmente, buscou-se compreender a sistemática da internalização de tratados ao direito interno, passando por uma análise legislativa, doutrinária e jurisprudencial. No segundo capítulo, tomou-se como objeto de análise a Convenção n. 158, em conjunto com a sistemática brasileira de garantia de emprego e com as disposições da Regulamentação n. 166 da OIT, com a finalidade de contextualizar a questão. No terceiro capítulo, foi examinada a discussão no STF acerca do tema, a partir de um panorama histórico e da descrição dos argumentos propriamente ditos. Nas considerações finais, apresentou-se sucintamente uma visão geral do assunto.

O método utilizado foi indutivo, visto que foram analisadas as particularidades do tema, a fim de gerar uma conclusão provável geral acerca das ideias fundamentais por trás de tais detalhes.

Por sua vez, utilizou-se o método de procedimento comparativo, a fim de buscar a verificação de similitudes e divergências entre as premissas analisadas, com a finalidade de deduzir elementos constantes, gerais e abstratos.

Enfim, a técnica de pesquisa foi a documental, principalmente proveniente da análise da legislação nacional e internacional e de escritos oficiais sobre ela, e bibliográfica, por meio do exame de estudos acerca do tema.

1. PROCEDIMENTO DE INTERNALIZAÇÃO DE TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS AO DIREITO INTERNO

1.1. Internalização dos tratados em geral

Conforme o clássico conceito de Fernando Rezek (2022, p. 14), tratado internacional consiste em “[...] todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas de direito internacional público, e destinado a produzir efeitos jurídicos”.

O procedimento de celebração de tratados internacionais é abordado em dois artigos da Constituição Federal de 1988. O primeiro é o art. 49, I, o qual dispõe ser competência exclusiva do Congresso Nacional “resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”. O segundo, o art. 84, VIII, conta com o seguinte texto: “compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional” (Brasil, 2023).

A doutrina critica a falta de clareza desses dispositivos, uma vez que cria um aparente conflito e não cita pontos essenciais da internalização, como a ratificação.

Valério de Oliveira Mazzuoli (2014) descreve que a interpretação mais correta deve partir do pressuposto de que tal procedimento é apenas referente à celebração dos tratados. Ou seja, corresponde ao período das negociações até a assinatura do acordo, e não a ratificação, a qual não é tratada na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e será desenvolvida adiante no presente trabalho.

Dessa forma, o Presidente da República tem competência exclusiva e natural (e não delegada pelo parlamento) de presidir a política externa, e deve realizar todos os passos até a assinatura. Satisfeito com o acordo celebrado, pode (ato discricionário) submeter ao crivo do Parlamento, que irá o referendar, e editar um decreto legislativo em caso de aceitação (Mazzuoli, 2014).

Distingue-se, na expressão do consentimento, a assinatura e a ratificação. A primeira põe termo a uma negociação, exteriorizando o consentimento, mas sem perspectiva de ratificação (Rezek, 2022). A segunda é “[...] o ato unilateral com que a pessoa jurídica de direito internacional, signatária de um tratado, exprime definitivamente, no plano internacional, sua vontade de obrigar-se.” (Rezek, 2022. p. 24-25)

Assim, para produzir efeitos, o ato precisa ser ratificado, o que deve ser feito pelo Presidente da República após a aceitação pelo Congresso Nacional. A ratificação também é ato discricionário do chefe do Poder Executivo. Segundo Mazzuoli (2014), o entendimento segundo o qual a transformação do tratado em norma só se dá com a última palavra do Presidente vem do fato de a Constituição conceder a ele representar o Estado na órbita internacional e celebrar tratados. A única ocasião em que a decisão do Poder Legislativo será definitiva é no caso de desaprovação.

Ressalte-se que há uma peculiaridade em relação às convenções internacionais do trabalho concluídas no âmbito da OIT, prevista no art. 19, item 5, “b”, do seu Tratado Constitutivo, segundo o qual os Estados-membros devem submeter, dentro do prazo de um ano, a convenção à autoridade responsável por avaliar se ela será convertida em norma ou não (OIT, 1946). No caso do Brasil, o Congresso Nacional.

1.2. Disposições especiais sobre tratados de direitos humanos

A Emenda Constitucional (EC) n. 45/2004 inseriu na Constituição da República o art. 5º, § 3º, o qual conta com o seguinte texto:

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Brasil, 2023)

Assim, inaugurou-se um paradigma constitucional específico para os tratados de direitos humanos.

A doutrina tradicional, adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário (RE) n. 466.343, descreve que os tratados internacionais aprovados antes da EC 45/2004 teriam um *status* “supralegal”³ (Brasil, 2009). Em adição, a Corte Constitucional cita, no bojo do Agravo de Instrumento (AI) n. 196.379: “[...] tratados subscritos pelo Brasil não se superpõem à Constituição Federal” (Brasil, 1997b).

Tal entendimento implica que, caso não seguido o procedimento do art. 5º, § 3º, da CRFB/1988 (o que acontece, naturalmente, com os tratados ratificados antes da EC 45/2004), as normas internacionais não têm o condão de modificar a Constituição, porém revogam qualquer disposição em contrário do restante da legislação. Observa-se esse efeito no julgamento do supracitado n. 466.343, no qual entendeu-se pela perda de eficácia do art. 5º, LXVII, da CRFB, visto que o Pacto de São José da Costa Rica derogou todas as normas não constitucionais que previam a prisão do depositário infiel. Não se revogou, porém, a previsão no texto constitucional (Brasil, 2009).

³ Ou seja, estariam abaixo da Constituição, mas acima das leis comuns.

Essa mudança demonstra uma evolução em relação ao entendimento prévio da jurisprudência constitucional. Até então, o STF seguia parte da doutrina, composta por autores como Manoel Gonçalves Ferreira Filho, segundo a qual o tratado não aprovado conforme o art. 5º, § 3º, teria posição hierárquica de lei ordinária (Brasil, 2009). Assim, como descreve o autor citado, as disposições de tratados de direitos humanos poderiam ser revogadas ou derogadas por lei ordinária, enquanto as normas incorporadas pelo trâmite de Emenda Constitucional só poderiam ser afastadas ou alteradas por outra EC (Ferreira Filho, 2022).

Em posição contrária, cresce na doutrina a compreensão de que a constitucionalidade dos tratados de direitos humanos precede à Emenda Constitucional n. 45/2004. Flávia Piovesan (2018), uma das maiores defensoras dessa tese, descreve que tal *status* (de constitucionalidade) existe desde o art. 5º, § 2º, da CRFB, presente na Carta Constitucional desde sua promulgação, em 1988. O dispositivo citado conta com a seguinte redação:

Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. (Brasil, 2023)

Com base nisso, a autora defende que todos os tratados de direitos humanos são materialmente constitucionais, independentemente do quórum de aprovação.

Expandindo esse conceito, Piovesan (2018) explica que o advento do art. 5º, § 3º, da CRFB/1988, cria duas espécies de tratados internacionais conforme sua interação com a legislação constitucional brasileira: os materialmente constitucionais; e os material e formalmente constitucionais. Todos os tratados internacionais de direitos humanos seriam materialmente constitucionais, com fundamento no § 2º, mas o quórum do § 3º dá a dimensão formal da constitucionalidade.

A partir do raciocínio dessa tese, pode-se afirmar que a eficácia das normas internacionais não depende da formalidade advinda do quórum qualificado, pois elas compõem o bloco de constitucionalidade⁴. Tal procedimento seria apenas uma

⁴ Bloco de constitucionalidade, em síntese, Segundo Souza (2012), pode ser conceituado como um conjunto de normas e princípios que, apesar de não fazerem parte da composição formal da Constituição, ganham *status* de normatividade constitucional, por serem materialmente constitucionais. Alguns exemplos de assuntos materialmente constitucionais são: poder estatal, limitação de competências e, principalmente, estabelecimento de direitos fundamentais (Souza, 2012). No direito brasileiro, compõem o bloco de constitucionalidade: 1) normas constitucionais explícitas e implícitas; 2) o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que é vinculado ao texto da CRFB, conforme entendimento inclusive adotado pelo STF no RE 160.486; 3) as emendas constitucionais, ainda que

ferramenta para tornar inquestionável a validade do texto e assegurar a segurança jurídica.

Portanto, a denúncia unilateral da Convenção n. 158, assim como de outras Convenções de direitos humanos, não seria apenas a revogação de uma norma supraconstitucional, mas materialmente constitucional, o que dá outra face à discussão. Frise-se, porém, não ser essa a posição atualmente adotada no STF.

2. A CONVENÇÃO N. 158 E A PROTEÇÃO CONTRA A DISPENSA ARBITRÁRIA

2.1. A garantia de emprego na Constituição Federal

A garantia de emprego, hoje prevista no art. 7º, I, da CRFB/1988⁵, é resultado de uma ampla construção histórica. A primeira regulação nacional acerca do término da prestação de serviços ocorreu nas Ordenações Filipinas, em adição das Leis de 13 de setembro de 1830 e 108, de 11/10/1837 e do Decreto n. 2.827, de 1879, as quais proibiam a evasão do trabalhador rural do local de trabalho ou do contrato, sob pena de prisão, trabalhos forçados, ou retenção de salários; sendo tal reivindicação, portanto, das classes empregadoras (Wandelli, 2018).

Ainda na vigência das Ordenações Filipinas, e posteriormente, inicia-se um processo de criação de diversos outros direitos concernentes à garantia de emprego, como o aviso prévio no Código Comercial, de 1850; a vedação à dispensa imotivada de ferroviários com mais de dez anos de serviço na Lei Eloy Chaves, de 1923, a qual exigia um inquérito administrativo para tanto; a indenização pela dispensa sem justa causa na Constituição de 1934; a estabilidade para certas categorias, na mesma Carta Constitucional; a indenização de despedida de um salário por ano de serviço e estabilidade decenal (dessa vez para todos os empregados) na CLT, em 1943; a extensão da estabilidade ao empregado rural na Constituição de 1946; a instituição

não inseridas no texto principal; e 4) os tratados de direitos humanos incorporados pelo Brasil (para alguns autores, independentemente do *iter* do § 3º, para outros, somente após ele. Frise-se que o STF adota o segundo entendimento, conforme interpretação do RE 466.343) (Normanton, 2021). Como citado, a doutrina moderna vem se posicionando na direção segundo a qual o § 2º prevê a inclusão dos tratados de direitos humanos ao bloco de constitucionalidade, independentemente do § 3º.

⁵ Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos (Brasil, 1988).

do FGTS como opção à estabilidade decenal e a possibilidade de transação da estabilidade sem ruptura do contrato, na Lei n. 5.107/1966 e no Decreto n. 59.820/1966, regime que foi também previsto na Constituição de 1967; a introdução do conceito de despedida arbitrária e da proteção dos integrantes das CIPAS pela Lei n. 6.514/1977; o fim da estabilidade decenal e a completa substituição pelo FGTS no art. 7º, III, da presente Constituição. (Wandelli, 2018).

Na Assembleia Constituinte que resultaria na Constituição de 1988, diversas propostas foram analisadas, entre elas a necessidade de inquérito judicial para qualquer demissão imotivada, com exceção apenas do contrato de experiência (na proposta da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos), ou, além do contrato de experiência, o com termo determinado e superveniência de fato imprevisto comprovado judicialmente (anteprojeto da Comissão da Ordem Social) (Süssekind, 1987).

Reunindo as propostas, a Comissão de Sistematização repetiu o texto introduzido pela Comissão da Ordem Social, definindo, porém, os casos em que o contrato a termo pode ser utilizado. Por fim, o texto submetido à Assembleia previa uma redação muito semelhante à proposta da Comissão da Ordem Social, porém com ressalva de aplicabilidade quanto às empresas com menos de dez empregados (Süssekind, 1987).

O dispositivo que hoje está na Constituição é inspirado em um substitutivo do deputado Bernardo Cabral, ainda na Comissão de Sistematização, mas ignorado naquele momento, o qual recuava na regulamentação constitucional, deixando para lei a tarefa de descrever as especificidades. A alteração em relação ao substitutivo ficou por conta da necessidade de lei complementar e a obrigação desta lei de prever indenização compensatória (Süssekind, 1987). Este é o texto do art. 7º, I, da CRFB/1988, não existindo regulamentação infraconstitucional até os dias de hoje.

2.2. A ineficácia do regime constitucional e as normas da OIT

A garantia contra a dispensa imotivada é alvo de críticas desde seu surgimento, e não só partindo das alas mais conservadoras e neoliberais, mas também no que tange à insuficiência de sua proteção.

Todos os regimes de estabilidade adotados pelo legislador brasileiro ao longo da história geraram distorções. Enquanto a estabilidade decenal geralmente

provocava dispensas brevemente antes dos dez anos de trabalho, o regime do FGTS é insuficiente para os fins a que se dirige, uma vez que não assegura a permanência do trabalhador no emprego, não cria dificuldades para a despedida de empregados idosos e incentiva a despedida injustificada (Süssekind, 1987).

Como descreve Süssekind (1987), a tendência de direito comparado à época da confecção da Constituição de 1988 era de ampliação da proteção do emprego, mediante a adoção do princípio da justificação⁶ e da garantia de estabilidade após pouco tempo de trabalho. O autor exemplifica com as regras da República Federal da Alemanha, em que, à época, a dispensa devia ser justificada no caso de o empregado possuir pelo menos vinte anos de idade e seis meses submetido ao empregador, além de a organização ter mais de cinco empregados; e com as normas de Portugal, onde havia a previsão do inquérito judicial para apuração de falta grave para a dispensa.

Nesse sentido, a OIT aprovou a Recomendação n. 119 em 1963, a qual prescrevia, no item 2, n. 1, como norma fundamental o seguinte:

A cessação do contrato de trabalho não deverá ocorrer a menos que exista uma razão válida para tal rescisão relacionada com a capacidade ou conduta do trabalhador ou com base nos requisitos operacionais da empresa, estabelecimento ou serviço.

Tal recomendação foi a base para a posterior aprovação da Convenção n. 158 e da Recomendação n. 166, ambas em 1982. Como explica Süssekind (1987, p. 37):

A primeira, por constituir tratado multilateral aberto à ratificação dos Estados-membros da OIT, contém normas gerais e, por vezes, flexíveis; a segunda complementa a Convenção em vários pontos e sugere a adoção de algumas medidas destinadas à efetivação dos direitos nela previstos.

Assim, as normas da OIT buscam tornar mais eficazes as medidas de proteção à continuidade no emprego. Adiante, passar-se-á a analisar mais a fundo as principais normas da Convenção n. 158 e da Recomendação n. 166.

2.3. Principais disposições da Convenção n. 158 e da Recomendação n. 166

Da leitura da Convenção n. 158, pode-se depreender que a pretensão da norma é criar uma nova principiologia baseada no fundamento da justificação, como

⁶ Segundo esse princípio “em vez da garantia no emprego é assegurada a proteção apenas contra a despedida abusiva, ou seja, a despedida passa a ser aceita normalmente, desde que haja um motivo socialmente justificável”. É a orientação adotada na Convenção 158 da OIT. (FUCK, 2001. p. 72)

anteriormente mencionado. Tal característica se dá pela escassez de especificidade das regras, e pela ampla possibilidade de flexibilização.

Um exemplo está presente no art. 2º, o qual, apesar de prever no *caput* a aplicabilidade a todas as áreas econômicas e empregados, abre margem para os membros excluïrem os trabalhadores com contrato por prazo determinado, com contrato de experiência, trabalhadores eventuais e aqueles submetidos a regras especiais (art. 2º, §§ 2º a 5º) (OIT, 1982a).

Ainda, pode-se mencionar a generalidade do tratamento da justificação, uma vez que o art. 4º apenas prevê a vedação ao término da relação empregatícia quando não relacionada com aspectos de capacidades ou comportamentos do empregado, ou com necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço; e os arts. 5º e 6º proíbem somente alguns casos de demissão, como a filiação a sindicato, a discriminação quanto a características pessoais e a ausência temporal do empregado por doença ou lesão (OIT, 1982a).

Em âmbito de procedimentos para a dispensa, a Convenção obriga a concessão da oportunidade de ampla defesa ao empregado no art. 7º, e possibilita, nos arts. 8º a 10º, o atingido a recorrer ao Poder Judiciário ou a um árbitro, em prazo razoável após o término do contrato de trabalho, os quais podem analisar amplamente as circunstâncias da demissão, garantida a distribuição do ônus da prova de forma a beneficiar a parte hipossuficiente, e julgar a reintegração ou indenização do empregado (OIT, 1982a).

Realizada a dispensa, a norma internacional prevê: 1) a concessão de aviso prévio trabalhado ou indenizado (art. 11); 2) o direito à indenização e a seguro desemprego, ressalvada a ocorrência de falta grave (art. 12); e 3) quando o término da relação for por motivos econômicos, tecnológicos, estruturais ou análogos, o direito ao conhecimento específico dos motivos, e à informação dos representantes dos trabalhadores para que providenciem medidas de proteção aos afetados (art. 13), assim como a necessidade de notificação à autoridade competente (art. 14). (OIT, 1982a).

Dada a generalidade da Convenção, a Recomendação n. 166 ficou responsável por a complementar⁷. Assim, ela especifica algumas hipóteses importantes para a garantia de emprego, brevemente analisadas a seguir.

No item 7, a Recomendação prevê uma gradação das sanções, ao mencionar a vedação à demissão por ato único, desde que não criminoso, sendo punível com o término da relação de trabalho apenas a reincidência. No item 8, veda a extinção do contrato de trabalho por desempenho insatisfatório, exceto se tiver sido oferecida ao empregado instruções apropriadas e uma advertência escrita (OIT, 1982b).

Regulamentando o art. 7º da Convenção n. 158, e visando proteger a ampla defesa, o item 9 prevê a obrigatoriedade de assistência de outrem quando do processo de demissão do empregado. A Recomendação também se refere, no item 10, à perda do direito de dispensar o empregado por má-conduta quando decorrido um período razoável de tempo (OIT, 1982b).

3. O JULGAMENTO NO STF

3.1. Breve histórico

A Convenção n. 158 foi aprovada no Brasil por meio do Decreto Legislativo n. 68, de 16.09.1992, do Congresso Nacional (Brasil, 1992). Posteriormente, a Carta de Ratificação foi depositada em 05.01.1995, e o instrumento internacional foi promulgado por meio do Decreto n. 1.855, de 10.04.1996, passando a vigorar a partir de 05.01.1996 (Brasil, 1996a).

Entretanto, o Governo Federal decidiu por denunciar a Convenção por meio de nota enviada à OIT em 20.11.1996, publicizando a decisão por meio do Decreto n. 2.100 de 20.12.1996. Dessa forma, o instrumento internacional deixou de ter vigência a partir de 20.11.1997 (Brasil, 1996b).

⁷ No âmbito da eficácia, a diferença entre Convenção e Recomendação é prevista no art. 19, §§ 5º e 6º, da Constituição da OIT. Em suma, enquanto aquela deve ser ratificada e transformada em lei, esta é submetida ao Poder Legislativo para transformá-la integralmente ou parcialmente em lei, ou tomar outras medidas. (OIT, 1946) Em outras palavras, a Convenção é fonte formal do direito, desde que seguidas as regras domésticas para a vigência, e a Recomendação é fonte material para a produção de norma interna.

Nesse curto período, pouco efeito prático teve a Convenção. Isso porque, apesar das discussões sobre sua eficácia plena ou limitada, prevaleceu a segunda tese.

Segundo decisão do STF exarada na ADI n. 1.480 MC, julgada em 04.09.1997, a Convenção n. 158 não tem eficácia imediata, e depende de regulamentação legislativa. Além disso, definiu que a norma internacional não prevê como único caminho possível para a manutenção da estabilidade no emprego a reintegração, afastando a argumentação segundo a qual a legislação brasileira não dispõe de meios para garantir o emprego, uma vez que substitui o princípio da justificação e a possibilidade de reintegração por regras como da multa sobre o FGTS (Brasil, 2001).

Com a denúncia, tais discussões foram suspensas. Contudo, argumentou-se pela inconstitucionalidade da retirada do Brasil do instrumento internacional, gerando um possível retorno à vigência da Convenção n. 158, como explorado a seguir.

3.2. ADI n. 1.625

Em junho de 1997, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 1.625, requerendo a declaração de inconstitucionalidade do Decreto n. 2.100, cujos argumentos serão analisados no presente tópico.

O fundamento inicial se baseou na classificação entre o tratado-contrato e o tratado-lei (ou tratado-normativo), com base na doutrina de Hildebrando Accioly. Em suma, a principal diferença seria: enquanto o primeiro tipo busca regular interesses recíprocos dos Estados, o segundo tem a finalidade de fixar normas de direito internacional público (Brasil, 1997a).

A partir disso, a Confederação Sindical entende haver na Constituição de 1988 uma diferenciação entre ambos, baseado na regulamentação do art. 49, I, e do art. 84, VIII, já mencionados. A distinção se assentaria pelos tratados-contratos, segundo a interpretação aqui analisada, serem celebrados pelo Presidente da República ou pelos seus plenipotenciários, com homologação posterior por parte do Congresso Nacional; e os tratados-normativos serem primeiros submetidos ao Legislativo, cuja decisão proporcionará sua ratificação, caso seja positiva (Brasil, 1997a).

Nesse sentido, seria a Convenção n. 158 um tratado-normativo, exigindo a edição de um ato jurídico complexo, com a aprovação do Congresso como etapa

inicial. E, segundo o princípio do paralelismo das formas, a denúncia deveria seguir o mesmo procedimento (Brasil, 1997a).

Anexo à petição inicial, apresentou-se parecer do jurista Arnaldo Süssekind, que alegou diversas irregularidades. Uma delas seria o desrespeito à Convenção n. 144 da OIT, a qual exige a realização de “consultas efetivas” sobre eventuais propostas de denúncia, participando delegados eleitos por associações de representação de empregadores e trabalhadores, o que não foi feito na ocasião (Brasil, 1997a).

O parecerista afirma também a ausência de paralelismo entre a ratificação e a denúncia, uma vez que a Convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional, porém não passou por ele a saída do país, invocando, ainda, a diferenciação supramencionada de tratado-contrato e tratado-normativo. Por fim, posiciona-se pela inconstitucionalidade do referido decreto (Brasil, 1997a).

Ao longo dos anos, a Corte se posicionou majoritariamente pelo deferimento da ADI em análise (Brasil, 1997a). Todavia, a questão foi decidida⁸ na sede da Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) n. 39, tratada adiante.

3.3. ADC n. 39

A Ação Direta de Constitucionalidade n. 39 foi ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em 2015, e requer a declaração de constitucionalidade do Decreto n. 2.100/1996, que denunciou a Convenção n. 158 (Brasil, 2023).

A tese dos requerentes se baseou em dois fundamentos principais. O primeiro defende a inaplicabilidade do art. 49, I, da CRFB, à Convenção n. 158 da OIT, por tratar de relações de direito privado, sem pertinência temática com os “encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional” que atraem a competência do Congresso Nacional. O segundo defende, a partir da natureza de ato complexo da ratificação, ser a manutenção da vigência de um instrumento internacional

⁸ Ressalte-se que a pacificação da questão da ADI n. 1.625 pela decisão na ADC n. 39 decorre da natureza dúplice da decisão de declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, fundada no art. 24 da Lei n. 9.868/1999, *in verbis*: “Proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória” (Brasil, 1999).

condicionada à vontade de ambos os entes, bastando apenas uma manifestação de vontade para retirar o país da norma internacional (Brasil, 2023).

Houve pareceres do Presidente da República e da Advocacia-Geral da União em favor do deferimento da ação, e, em sentido contrário, da Procuradoria-Geral da República. No julgamento, prevaleceu o entendimento do Ministro Relator Dias Toffoli, por maioria, vencidos os Ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber (Brasil, 2023). As teses vencedora e vencida serão analisadas a seguir.

Em seu voto, o relator tentou equilibrar os argumentos das iniciais da ADI n. 1.625 e da ADC n. 39, apesar de tender, no mérito, ao entendimento da primeira. Menciona a inexistência histórica de regulamentação, tanto doméstica quanto no direito comparado, da saída de países de normas internacionais. Todavia, entende que a necessidade de a denúncia passar pelo Congresso Nacional decorre de uma interpretação sistemática da Constituição (Brasil, 2023).

Em continuidade, afirma não dever a noção de “encargos e compromissos” — presente no art. 49, I, da CRFB — ser analisada de forma restritiva, como pretendem os requerentes. Conforme defende o Ministro:

Caso prevaleça a tese das requerentes, o comprometimento do país em inúmeras questões, de natureza social, econômica, cultural, entre outros, de inegável relevância para a população brasileira, poderia se dar pelo mero voluntarismo do chefe do Poder Executivo, sem qualquer controle democrático da decisão (Brasil, 2023. p. 23).

Tal entendimento decorre, além do mencionado, pelo sistema de freios e contrapesos definido pelo art. 2º da CRFB e pelo princípio da legalidade, fundamento de todo o ordenamento jurídico brasileiro. No contexto da discussão objeto do presente estudo, afirma o relator ser a aprovação do Congresso Nacional exercício de controle político de um poder sobre outro, além da necessidade da participação do Poder Legislativo para a criação de obrigações (Brasil, 2023).

E, da mesma forma que se exige tal participação para a criação dessa espécie de normas, exige-se para a extinção. Nas palavras do Ministro Relator: “a lógica é que os tratados promulgados se transformam em legislação nacional e, assim sendo, sua revogação deve se dar por norma equivalente e posterior” (Brasil, 2023, p. 40-41). Tal exigência seria ainda mais imprescindível por se tratar a Convenção n. 158 de um tratado internacional de direitos humanos.

Relevante notar, conforme descreve o Ministro Dias Toffoli, que a tradição jurídica brasileira foi de encontro a essas ideias. Cite-se como exemplos a saída do Brasil da Liga das Nações em 1926, a qual se deu de forma unilateral pelo Poder Executivo, a partir de parecer do jurista Clóvis Beviláqua, em entendimento que prevaleceu na doutrina e na prática institucional, apesar de contar com opositores desde aquela época (Brasil, 2023).

Por fim, a proposta do relator, a qual acabou por prevalecer na Corte, foi pela fixação da seguinte tese: “a denúncia pelo Presidente da República de tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, para que produza efeitos no ordenamento jurídico interno, não prescinde da sua aprovação pelo Congresso”. Todavia, a produção de efeitos desse entendimento apenas se daria a partir da publicação da ata de julgamento. Portanto, foram convalidadas as denúncias realizadas anteriormente (Brasil, 2023).

Apesar de a necessidade de passar a denúncia pelo Poder Legislativo ter sido referendada por unanimidade no STF, houve controvérsia acerca dos efeitos da decisão.

No entendimento do Ministro Edson Fachin, que divergiu do relator, a solução encontrada implicaria uma separação do plano de validade normativa: enquanto no direito internacional a validade de uma norma dependeria de sua conformidade com os critérios desse campo; a validade de uma norma internacional no âmbito doméstico dependeria dos critérios estabelecidos pela legislação nacional, especialmente pela Constituição (Brasil, 2023).

Assim, mesmo que inconstitucional a denúncia, ela é eficaz no plano internacional, em decorrência da aceitação da OIT da saída do Brasil. Nessa esteira, como emanado no voto:

A força das convenções da Organização Internacional do Trabalho reside na possibilidade de se invocá-las no procedimento de reclamações previsto nos artigos 26 a 34 da Constituição da OIT. [...] Dizer que a Convenção é obrigatória no plano interno, mas não reconhecer que ela possa ser invocada, caso descumprida, no plano internacional, é uma solução insatisfatória, porque reconhece que o Presidente da República pode, por conta própria, retirar o direito de toda a população brasileira a um remédio judicial (internacional) eficaz. [...] Admitir que o Presidente da República possa retirar o direito a esse remédio apenas por sua atuação no plano internacional não apenas atenta contra o princípio da prevalência dos direitos humanos, que deve pautar a atuação internacional do Brasil (art. 4º, II, da CRFB), como também admite, para utilizar a terminologia de Karl Loewenstein, que a força normativa de um direito fundamental tenha apenas um valor nominalista. (Brasil, 2023. p. 54, 59).

Nesse sentido, a tese proposta pelo Ministro Edson Fachin:

A denúncia pelo Presidente da República de tratados e convenções internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, em todas as hipóteses, sejam denúncias anteriores, sejam denúncias posteriores a esse julgamento, depende da aprovação pelo Congresso Nacional, para que produza efeitos no ordenamento jurídico interno (Brasil, 2023. p. 61).

A Ministra Rosa Weber acompanhou o voto divergente, mencionando, em adição aos argumentos já descritos, não ter a denúncia a capacidade de revogar ato normativo superior, como é o caso da Convenção n. 158. Afirma a Ministra que, dada a impossibilidade de o Presidente da República revogar lei ordinária, e considerada a natureza de lei ordinária do decreto promulgador de tratado; viola a hierarquia das normas o tratado derogado pela exclusiva vontade do Poder Executivo (Brasil, 2023).

Em voto-vista, o Ministro Gilmar Mendes foi ao encontro do entendimento do relator. Citando voto do ex-Ministro Teori Zavascki, ressaltou a necessidade da participação do Congresso Nacional, mas defendeu a aplicação do princípio da segurança jurídica para modular os efeitos da decisão, em decorrência da prática consolidada no Brasil de denúncias unilaterais, a qual, embora incorreta, foi aceita por mais de um século (Brasil, 2023).

Dessa forma, a tese do Relator prevaleceu, e afirmou-se a impossibilidade de denunciar tratado internacional apenas por ato unilateral do Presidente da República. Todavia, os atos anteriores nesse sentido foram convalidados, dentre eles o Decreto n. 2.100/1996. Por isso, a Convenção n. 158 da OIT continua fora do ordenamento jurídico brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou descrever o procedimento de internalização de tratados no Brasil, o conteúdo da Convenção n. 158 e o julgamento do STF da ADI n. 1.625 e da ADC n. 39, a fim de sistematizar as circunstâncias, fáticas e jurídicas, e as consequências de tal julgamento.

A partir do exposto, foi possível notar como a ausência de uma regulamentação adequada da celebração e da denúncia de tratados internacionais no Brasil afetou profundamente a eficácia do direito internacional.

A Convenção n. 158 poderia representar um importante avanço na sistemática da extinção do contrato de trabalho no Brasil, ao adotar o princípio da justificação e contribuir com um maior senso de segurança nas relações de trabalho, visto serem as regras atuais insuficientes para tanto.

Todavia, a sua eficácia foi prejudicada pela desnecessária complexidade legislativa e constitucional no que tange à vigência dos tratados internacionais, o que resultou nos quase trinta anos de trâmite das ações na Suprema Corte. Dessa confusão, aproveitaram-se os grandes empresários e sindicatos patronais para manter o *status quo* e prejudicar os trabalhadores.

Por fim, o julgamento foi favorável à tese que nos parece mais correta: a denúncia de um tratado internacional deve vir de uma conjugação de vontades entre o Presidente da República e o Congresso Nacional. Não faria sentido pensar o contrário, afinal, significaria conceder ao Poder Executivo um poder normativo totalmente extravagante e antidemocrático.

É posto no ordenamento jurídico ser a confecção de atos normativos primários (aqueles que criam direitos e obrigações) função típica do Poder Legislativo, com atuação bastante restrita do Executivo para tanto. Na realidade, o poder de criar atos normativos primários apenas pode se dar no caso de medidas provisórias, leis delegadas e nas hipóteses do art. 84, VI, da CRFB; sempre com possibilidade de controle pelo Congresso.

Por isso, seria totalmente incoerente conceder mais um poder ao Presidente da República sem previsão expressa, mas apenas com base em uma tradição jurídica. Apesar de os costumes institucionais terem um papel importante, principalmente nas relações internacionais, é imprescindível lembrar que muito da história brasileira foi tomada por ditaduras e monarquias, além de democracias meramente nominativas. Assim, repensar essas tradições é fundamental para nos libertarmos de costumes antidemocráticos.

Infelizmente, apesar de o STF ter adotado a tese mais adequada à Constituição, a modulação dos efeitos fez com que a denúncia da Convenção n. 158 continuasse válida. É compreensível o entendimento dos Ministros, uma vez que a reversão do entendimento após tanto tempo poderia prejudicar a segurança jurídica. Novamente, retoma-se a discussão da complexidade desnecessária da questão.

Entretanto, tal decisão referendou não só um ato flagrantemente inconstitucional, mas todo um costume autoritário. A modulação de efeitos pode ser

uma ótima ferramenta naqueles casos capazes de gerar grandes prejuízos, contudo, os compromissos internacionais são essenciais para a participação do Brasil na ordem internacional e para a proteção dos direitos humanos. Por isso, entendemos como danoso a projeção dos efeitos apenas *ex nunc*.

Tal entendimento se fundamenta, também, na tese de Flávia Piovesan acerca da presença dos tratados de direitos humanos no bloco de constitucionalidade, como descrito no primeiro capítulo, entendimento o qual parece mais adequado e coeso em face de uma interpretação sistemática da Constituição Federal, que coloca os direitos humanos como prioridade. Caso se entenda a questão nessa direção, torna-se ainda mais absurda a retirada unilateral, por se tratar de norma materialmente constitucional.

Portanto, o presente trabalho demonstra como a análise das questões envolvidas na denúncia da Convenção n. 158 jogam luz a diversas problemáticas jurídicas que devem ser aprofundadas e discutidas, de forma a esclarecer a legislação e torná-la exequível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 1.855, de 10 de abril de 1996.** Promulga a Convenção 158 sobre o Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador, de 22 de junho de 1982. Brasília: Presidência da República, 1996a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1855.htm. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 2.100, de 20 de dezembro de 1996.** Torna pública a denúncia, pelo Brasil, da Convenção da OIT n. 158 relativa ao Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador. Brasília: Presidência da República, 1996b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d2100.htm. Acesso em 27 out. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999.** Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9868.htm. Acesso em 31 out. 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto Legislativo n. 66, de 16 de setembro de 1992.** Aprova o texto da Convenção n. 158, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre o Término da Relação do Trabalho por Iniciativa do Empregador, adotada em Genebra em 1982, durante a 68ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1992/decretolegislativo-68-16-setembro-1992-358557-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 12 jul. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Constitucionalidade n. 39 – Inteiro Teor do Acórdão.** Ação declaratória de constitucionalidade. Decreto n. 2.100, de 20 de dezembro de 1996. Denúncia do Estado brasileiro da Convenção n. 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Preliminar. Existência de controvérsia judicial relevante. Mérito. Denúncia de tratado internacional por vontade exclusiva do presidente da República. Necessidade de participação do Congresso Nacional. Estado Democrático de Direito e princípio da legalidade. Tese fixada. Efeitos prospectivos. Procedência da ação. Requerente: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC e outro(a/s). Relator: Min. Dias Toffoli. Brasília, DF, 19 de junho de 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4882450>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1480,** Medida Cautelar. Requerente: Confederação Nacional do Transporte - CNT. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, DF, 04 de setembro de 1997. Brasília, 18 maio 2001.

Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur18417/false>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1625** – Petição inicial. Requerente: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Relator: Min. Maurício Corrêa. Brasília, DF, 16 de junho de 1997. Brasília, DF, 19 jun. 1997a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1675413>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo de Instrumento n. 196379. Agravante: Aeroperu - Empresa De Transporte Aéreo Del Perú S/A. Agravada: Fernanda Vieira Lima. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, DF, 03 de julho de 1997. **Diário Oficial da União n. 154**. Brasília, DF, 14 ago. 1997b. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/servicos/dje/listarDiarioJustica.asp?tipoPesquisaDJ=AP&class e=AI&numero=196379#>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 466.343** – Inteiro teor do acórdão. PRISÃO CIVIL. Depósito. Depositário infiel. Alienação fiduciária. Decretação da medida coercitiva. Inadmissibilidade absoluta. Insustentação da previsão constitucional e das normas subalternas. Interpretação do art. 5º, inc. LXVII e §§ 1º, 2º e 3º, da CF, à luz do art. 7º, § 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). Recurso improvido. Julgamento conjunto do RE n. 349.703 e dos HCs n. 87.585 e n. 92.566. É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. Recorrente: Banco Bradesco S/A. Recorrido: Luciano Cardoso Santos. Relator: Min. Cezar Peluso. Brasília, DF, 05 jun. 2009. Disponível em https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?classeNumeroIncidente=%22RE%20466343%22&base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&sort=_score&sortBy=desc&isAdvanced=true. Acesso em 13 jul. 2023.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553624818. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624818/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. ISBN 9786559644599. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644599/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

FUCK, Valter Paulo. **A proteção constitucional da relação de emprego**. 2001. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80225>. Acesso em: 22 ago. 2023.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direito dos Tratados**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 978-85-309-5707-0. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5707-0/>. Acesso em: 23 maio 2023.

NORMANTON, Ana Catharina Machado. **Bloco de constitucionalidade**: a estatura das normas de direitos humanos e seus efeitos no direito brasileiro. 2021. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-17082022-112503/pt-br.php>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Constituição da Organização Internacional do Trabalho**. Montreal, 1946. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/genericdocument/wcms_336957.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção n. 158**: Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador. Genebra, 1982a. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236164/lang--pt/index.htm. Acesso em: 06 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Recommendation n. 119**: Termination of Employment Recommendation. Geneva, 1963. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:12100:9127853165296::NO::P12100_SHOW_TEXT:Y:. Acesso em: 12 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Recommendation n. 166**: Termination of Employment Recommendation. Geneva, 1982b. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R166. Acesso em: 25 out. 2023.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 11 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. ISBN 9788553600298. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600298/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**: Curso Elementar. 18 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555596403. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596403/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SOUZA, Sueine Patrícia Cunha de. **Bloco de constitucionalidade e supremacia material**: fundamentos e ampliação do parâmetro de controle constitucional. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10609>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SÜSSEKIND, Arnaldo. Garantia contra a despedida arbitrária. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 56, p. 31-44, 1987. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/72701>. Acesso em 22 ago. 2023.

WANDELLI, Leonardo Vieira. **Art. 7º**. In: CANOTILHO, José Joaquim G.; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; et al. Série IDP - Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. ISBN 9788553602377. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553602377/>. Acesso em: 22 ago. 2023. Capítulo II, p. 585-694.